

CAMPO RICO BRASIL COMÉRCIO DE FERTILIZANTES S.A.

CNPJ/MF Nº 22.446.278/0001-20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

Balanco Patrimonial Levantado em 31/12/2015 (Em milhares de reais - R\$)		Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31/12/2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)		Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$)	
	N.E. 31/12/2015	31/12/2014	N.E. 31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
ATIVOS					
(Não auditado)					
Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	3	77			
Títulos e valores mobiliários	4	37.905			
Total dos ativos circulantes	7	38.000			
Não Circulantes					
Partes relacionadas	5	7.146			
Investimentos - SCP	6	800			
Imobilizado	7	10.189			
Outros ativos		57			
Total dos ativos não circulantes	18	18.142			
Total dos Ativos	25	56.142			
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
(Não auditado)					
Circulantes					
Obrigações fiscais e tributárias		324			
Dividendos a pagar		164			
Total dos passivos circulantes		488			
Patrimônio Líquido					
Capital social	9	55.159			
Reserva legal		35			
Reserva de lucros		492			
Total do patrimônio líquido		55.686			
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		56.174			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31/12/2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)					
1. Contexto Operacional: A Campo Rico Brasil Comércio de Fertilizantes S.A. ("Sociedade" ou "Campo Rico"), foi constituída em 14/5/2015 e possui sede na cidade de São Paulo/SP, na Rua Enxovia, 472, 10º andar, conjuntos 1005, 1006, 1007 e 1008, Vila São Francisco. A Sociedade era denominada Santa Vanessa Empreendimentos e Participações S.A., até ser adquirida em 9/10/2015, pela Campo Rico Internacional S.A.R.L., a Sociedade tem por objeto social a comercialização de produtos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo, bem como sua fabricação, importação e exportação, incluindo manipulação por processo de envasamento e acondicionamento. 2. Principais Práticas Contábeis.					
a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. b) Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. c) Sociedades em Conta de Participação - SCP: Os ativos relacionados às SCPs são avaliados pelo custo histórico. Ver informações adicionais na nota explicativa nº 5. d) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Sociedade são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas tendo como moeda funcional e de apresentação a real (R\$). e) Caixa e equivalentes de caixa: Representados por contas bancárias disponíveis e aplicações financeiras. As aplicações financeiras são investimentos com prazo de resgate inferior a 90 dias, constituídos de títulos de alta liquidez conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. Em 31/12/2015, são representadas exclusivamente por depósitos bancários. f) Títulos e valores mobiliários: As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e estão sujeitas a um risco significativo de perda de valor, caso seja resgatado antes do vencimento, os quais são superiores a 90 dias da data da aplicação. g) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros, mensurados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros - (i) caixa e equivalentes de caixa: incluem caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata. (ii) títulos e valores mobiliários, que incluem aplicações em fundos cambiais e (iii) contratos de mútuo com partes relacionadas. h) Reconhecimento de custos e despesas: Os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência de exercícios. i) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil-econômica de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil-econômica, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os terrenos não são depreciados. As taxas anuais de depreciação estão descritas na nota explicativa nº 6. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. j) Redução ao valor recuperável de ativos: Nas datas de encerramento dos exercícios, a Sociedade analisa se existem evidências de que o valor contábil dos ativos não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Sociedade reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment"). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. k) Imposto de renda e contribuição social: As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas com base nos resultados dos exercícios, ajustados de acordo com a legislação específica vigente. Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro apurado para fins de tributação são registrados como impostos diferidos até o montante considerado realizável, de acordo com a expectativa de sua realização. l) Ajuste do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias a índices ou taxas oficiais prevalentes nas datas dos balanços, incidentes sobre os ativos e passivos denominados em outras moedas ou indexados. m) Normas e interpretações novas ainda não adotadas: Diversas normas, emendas a normas e interpretações às normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", ainda não entraram em vigor na data de emissão destas demonstrações financeiras, quais sejam: Vigente em: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (*) = 2018; IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (*) = 2018; Modificações à IFRS 11 (equivalente ao CPC 19 (R2)) = 2016; Modificações à IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) = 2016; Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos Aceitáveis para Depreciação e Amortização (equivalentes ao CPC 27 e CPC 04, respectivamente) = 2016; Alterações à IFRS 10 e à IAS 28 - Venda ou Contribuição de					
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Aos Acionistas e Administradores da Campo Rico Brasil Comércio de Fertilizantes S.A. - São Paulo-SP. Examinamos as demonstrações financeiras da Campo Rico Brasil Comércio de Fertilizantes S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31/12/2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o					
Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$)					
(Não auditado)					
Despesas Operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(281)			
Prejuízo Antes do Resultado Financeiro		(281)			
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	10	1.329			
Despesas financeiras	10	(211)			
Variação cambial	10	129			
		1.247			
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		966			
Imposto de Renda e Contribuição Social	8	(275)			
Lucro Líquido do Exercício		691			
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação		0,05	0,00		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$)					
	31/12/2015	31/12/2014			
(Não auditado)					
Lucro do Exercício	691				
Outros resultados abrangentes					
Total do Resultado Abrangente do Exercício	691				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Capital Reserva Reserva Lucros					
	social	legal	de lucros acumulados	Total	
Constituição da Sociedade em 14/5/2015					
Saldos em 31/12/2014 (Não Auditados)					
Aumento de capital	55.159			55.159	
Lucro líquido do exercício			691	691	
Proposta da Administração:					
Reserva legal		35		(35)	
Dividendos mínimos obrigatórios				(164)	(164)
Reserva de lucros			492	(492)	
Saldos em 31/12/2015	55.159	35	492	55.686	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Ativos entre Investidor e uma Associação ou "Joint Venture" (equivalentes ao CPC 36 e CPC 18, respectivamente) = 2016; Modificações à IFRS 10 (equivalente ao CPC 36) = 2016; IFRS 16 - Arrendamento Mercantil (*) = 2019; Alterações à IAS 19 - Planos de Benefício Definido: Contribuições dos Empregados (equivalente ao CPC 33 (R1)) = 2016. (*) O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a essas IAS/IFRSs, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos das IFRSs está condicionada à aprovação prévia do CFC.					
3. Caixa e Equivalentes de Caixa					
	31/12/2015	31/12/2014			
(Não auditado)					
Caixa e bancos		77			
(*) Em 2014, o saldo de Caixa era de R\$150,00, inferior a R\$1mil. 4. Títulos e Valores Mobiliários - 31/12/2015: Banco Safra (*) = 7.396; Citibank (*) = 30.509; Total = 37.905. (*) Referem-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos cambiais, remunerados de acordo com quotas registradas na CVM, que tem como preço objeto a variação diária de câmbio, balizada pelo preço do dólar PTAX, divulgado pelo Banco Central do Brasil. O rendimento médio mensal durante o exercício findo em 31/12/2015 foi de 0,90% ao mês. 5. Partes Relacionadas: Refere-se a contrato de mútuo firmado com a Fertitex Agro-Fertilizantes e Produtos Agropecuários Ltda. ("Fertitex"), para financiamento de operação, datado de 15/10/2015, no valor de US\$ 1.833.880,77, sendo liquidado parcialmente, a título de reembolso de despesa administrativa, em novembro e dezembro de 2015 por US\$ 15.652,41. O saldo será quitado através de pagamentos parciais, até o vencimento do contrato. Os termos foram firmados conforme demonstrado abaixo:					
Encargos					
Empresa	Moeda	finan- lidade	Garan	ti	Venci-
Fertitex	Dólar	Mútuo	3% a.a.	Não há	4/10/2017
Total					7.146
Circulante					7.146
Não circulante					7.146
Total					7.146
6. Investimentos: Em 24/9/2015, a Sociedade (Sociedade Participante) e a Fertitex Agro Fertilizantes e Produtos Agropecuários Ltda. ("Sócia Otsensiva") assinaram Ato de Constituição de Sociedade em Conta de Participação ("SCP"), com início em 1º/1/2016. Em decorrência do setor no qual a Sociedade atua, há exigência de licenças para enquadramento operacional, e tais licenças são homologadas em prazos administrados pelos órgãos governamentais, como autarquias e Ministérios Federais, Secretarias de Governo Municipal e Estadual, e, no momento, essas licenças são de propriedade da Sócia Otsensiva. Uma vez a Sociedade obtendo as licenças necessárias, as partes extinguirão a SCP, transferindo todos os seus ativos, bem como as atividades industriais e comerciais, à Campo Rico. O objeto social da SCP contempla as seguintes atividades: a) Fabricação de adubos e fertilizantes. b) Importação e exportação de fertilizantes, produtos agrícolas e pecuários. c) Comércio de quaisquer produtos manufaturados, maquinários e equipamentos. d) Comércio atacadista de produtos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo, incluindo manipulação por processo de acondicionamento e envasamento. e) Prestação de serviços e assistência técnica pertinentes ao ramo. O capital inicial da SCP é de R\$842, sendo adiantados, até 31/12/2015, R\$ 800 pela Sociedade e R\$ 42 pela Sócia Otsensiva, correspondentes a participações de 95% e 5%, respectivamente.					
7. Imobilizado					
		2015			
	Taxa de depre-	Depreciação e am-			
	ciação anual - %	ortização acumuladas	Líquido		
Imobilizado:					
Terrenos	-	8.524	-	8.524	
Máquinas e equipamentos	-	10.149	(17)	1.032	
Veículos	20	91	(3)	88	
Obras em andamento	-	545	-	545	
Total do imobilizado		10.209		(20)	10.189
A movimentação do ativo imobilizado durante 2015 está demonstrada a seguir:					
Imobilizado:					
Terrenos	-	8.524	-	8.524	
Máquinas e equipamentos	-	1.049	-	1.049	
Veículos	-	91	-	91	
Obras em andamento	-	545	-	545	
Total do imobilizado		10.209		10.209	
Depreciação e amortização	-	(20)	-	-	
Total líquido		10.189		10.189	
Os ativos foram adquiridos em 20/10/2015 e estão sendo depreciados de acordo com a sua vida útil. 8. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Conciliação cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião sobre as demonstrações financeiras: Em					
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
(Não auditado)					
Lucro líquido do exercício		691			
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Variação cambial		(129)			
Juros sobre contratos de mútuo		(46)			
Depreciações e amortizações		20			
Despesas abatidas do contrato de mútuo		61			
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Partes relacionadas		(7.032)			
Outros ativos		(57)			
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Obrigações fiscais e tributárias		324			
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(6.168)			
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Adições em investimentos em coligadas		(800)			
Adições em títulos e valores mobiliários		(37.905)			
Aquisição de ativo imobilizado		(10.209)			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(48.914)			
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Aumento de capital social		55.159			
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		55.159			
Aumento em Caixa e Equivalentes de Caixa					
77					
Caixa e Equivalentes de Caixa					
No fim do exercício		77			
No início do exercício		-			
Aumento em Caixa e Equivalentes de Caixa		77			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social: A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social com base no regime tributário de lucro real. A conciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social refletida na demonstração do resultado e os valores calculados pela aplicação das alíquotas nominais está demonstrada a seguir: 2015: Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social = 966; Alíquota vigente combinada = 34%; Expectativa de crédito do imposto de renda e da contribuição social de acordo com a alíquota vigente combinada = (328); Efeito tributário sobre as diferenças temporárias: Variação cambial sobre contrato de mútuo ativo = 44; Outras adições permanentes, líquidas = 9; Despesa de imposto de renda e contribuição social = (275). De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo. 9. Patrimônio Líquido. Capital social: Em 31/12/2015, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 55.159 (R\$150,00 em 2014, inferior a R\$ 1 mil), representado por 55.158,758 (150 ações em 2014) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 9/10/2015, a Campo Rico Internacional S.A.R.L. integralizou R\$ 55.159, correspondente à US\$ 14.703,121 na data do aporte. A composição do capital por acionistas em 31/12/2015 é como segue:					
Acionistas					
	Ações	Valor integralizado			
			%		
Campo Rico Internacional S.A.R.L.	55.158.758	55.159	100,00		
	55.158.758	55.159	100,00		
Reserva legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31/12/2015, a Sociedade disponibilizou o saldo de R\$ 33 para reserva legal. Dividendos mínimos obrigatórios: Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, pronunciamento técnico CPC 24 - Evento Subsequente e interpretação técnica ICP 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório deve ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Reserva de lucros: A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento. 10. Resultado Financeiro - 2015: Receitas financeiras: Rendimentos sobre aplicações financeiras = 1.283; Juros sobre contratos de mútuo = 46; Subtotal = 1.329; Despesas financeiras: IOF sobre operações financeiras (incidente sobre contrato de mútuo) = (210); Outras despesas bancárias = (1); Subtotal = (211); Variação cambial sobre contrato de mútuo = (129); Resultado financeiro líquido = 1.247. 11. Remuneração dos Administradores: Durante os exercícios de 2015 e 2014, não foram pagas remuneração aos administradores em decorrência da Sociedade estar em fase pré-operacional. Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Sociedade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro) desta. 12. Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos dos Instrumentos Financeiros. a) Gestão de risco de capital: A Sociedade administra seu capital para assegurar que as investidas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. b) Gestão de risco de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. A Sociedade adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. c) Risco de câmbio: Determinados instrumentos financeiros são estabelecidos em moeda estrangeira, tais como aplicações em fundo cambial e contrato de mútuo com partes relacionadas. A Sociedade, avalia, quando necessário a contratação de instrumentos de proteção como por exemplo NDF (Non-Deliverable Forward) junto às instituições financeiras. Em 31/12/2015, a Sociedade não tinha contratado nenhum instrumento de proteção cambial. d) Gestão de risco à exposição de taxa de juros: A Sociedade está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações de fundos cambiais, correspondentes aos títulos e valores mobiliários em reais. Os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado e não diferem substancialmente do valor de mercado daqueles registrados nas demonstrações financeiras de 31/12/2015. Em 31/12/2015, a Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos. 13. Coberturas de Seguros: A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir					